

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIASSUCÊ,
ESTADO DA BAHIA, REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 2026

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, na sede da Câmara Municipal de Ibiassucê, Estado da Bahia, sob a Presidência do Excelentíssimo Vereador Júlio Antônio Farias, deu-se início à presente sessão ordinária. O Presidente saudou os pares, servidores e o público presente, proferindo uma homenagem especial às mulheres em virtude da proximidade do Dia Internacional da Mulher (08 de março), destacando sua força e conquistas. Ato contínuo, solicitou ao Primeiro Secretário, Vereador João Francisco das Neves (João de Horácio), a chamada nominal para verificação de quórum. Registrou-se a presença dos vereadores: Verônica Brito, Jesus Farias Cardoso (Dudu), Jussandra de Sousa Silveira Matos, Custódio Marcos Xavier da Silva (Totó), Júlio Antônio Farias, José Pessoa Gonçalves, Nilton Antônio dos Santos e João Francisco das Neves.

Havendo quórum regimental, o Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a sessão. Iniciando o expediente, o Procurador Jurídico da Casa realizou a leitura da ata da sessão ordinária anterior. Após observação do Vereador Dudu Cardoso, procedeu-se à retificação da data da sessão anterior para 27 de fevereiro de 2026. Com a devida correção e a inclusão da ressalva na fala do Vereador Dudu Cardoso, a ata foi colocada em discussão e votação, sendo aprovada por unanimidade.

O Presidente anunciou o protocolo do Projeto de Lei nº 04/2026, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal e do Fundo Municipal dos Direitos da Mulher. Para discorrer sobre a matéria, foi convidada à tribuna a Procuradora Jurídica do Município, Dra. Cláudia. Em sua exposição, a Procuradora destacou que o projeto é um marco estruturante para políticas públicas de gênero, visando o enfrentamento à violência e a promoção da autonomia feminina. Ressaltou que a iniciativa atende também a um pleito do Ministério Público Estadual (Dr. Josiel), prevendo ações educativas nas escolas municipais com o tema "Luto por Elas". Em seguida leu a justificativa do Projeto encaminhado pelo Prefeito Tadeu Prates.

Por não haver indicações, o presidente abriu espaço para as manifestações parlamentares, o Vereador Dudu Cardoso questionou ao Procurador Jurídico sobre uma situação que se deparou e gostaria de um melhor esclarecimento, na qual uma servidora em tempos atrás moveu uma ação pedindo a anulação do concurso e agora recentemente foi nomeada no concurso, solicitando uma explicação sobre isso. O procurador, Dr. André, esclareceu que estando na câmara não tem atribuição para poder discorrer sobre decisões que o executivo adota e também não faz parte do jurídico que ingressou com a ação contra a prefeitura, desconhecendo qualquer relevância da sua resposta ao questionamento do vereador que ele tenha que responder, parecendo mais uma provocação a gestão, devendo, portanto, tal questionamento ser direcionado a gestão.

O Vereador Totó e o Vereador Arnaldo proferiram homenagens às mulheres, ressaltando a importância do respeito e da igualdade de espaços na política e no mercado de trabalho, parabenizando a gestão pelo envio do PL nº 04/2026.



A Vereadora Verônica Brito apresentou cobranças relativas à iluminação pública nas comunidades de Santo Inácio e Bonsucesso, apontando a necessidade de reposição de lâmpadas. Questionou ainda se as convocações do concurso público seriam estendidas aos demais aprovados ou se tratava de caso isolado. Em alusão ao mês da mulher, parabenizou a procuradora jurídica pelo projeto de Lei apresentado, convidou a população para eventos na Casa de Cultura e nas associações rurais de Santo Antônio e Capoeirão.


O vereador Custódio Marcos esclareceu que as convocações do concurso estão seguindo os trâmites, solicitando a procuradora jurídica esclarecimentos.

O líder do governo, Vereador Nilton, respondeu que o mapeamento da iluminação rural está em curso e que as demandas serão verificadas, em seguida prestou sua homenagem ao dia das mulheres.

A Vereadora Jussandra manifestou apoio integral ao projeto do Conselho da Mulher e solicitou esclarecimentos formais sobre os critérios de convocação dos concursados, diante da ansiedade dos aprovados.

Diante das indagações, a procuradora jurídica Dra. Cláudia retornou à tribuna para prestar esclarecimentos técnicos, informando que todas as convocações recentes (incluindo processos de 2023) decorrem de ordens judiciais definitivas e imperativas, e não de atos administrativos livres. Explicou que o fundamento jurídico das decisões varia conforme o caso (contratos temporários ou atos da gestão anterior), o que justifica os diferentes momentos de posse.

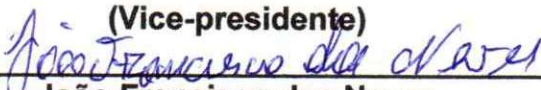
Em seguida, nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, convidou os pares para a assinatura do livro de presença e para uma reunião interna subsequente, declarando encerrada a sessão.



Júlio Antônio Farias
(Presidente)



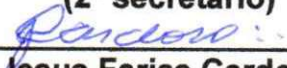
Arnaldo Marques Pereira
(Vice-presidente)



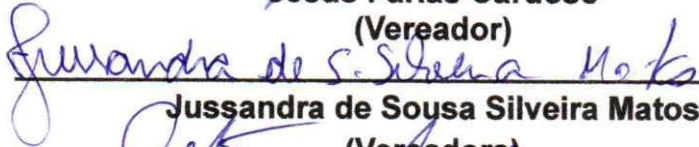
João Francisco das Neves
(1º secretário)



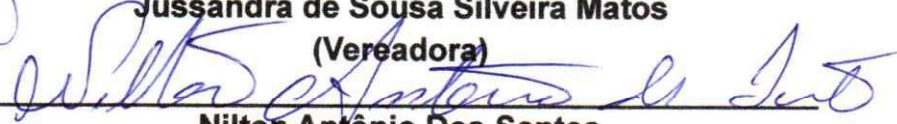
Custódio Marcos Xavier Da Silva
(2º secretário)



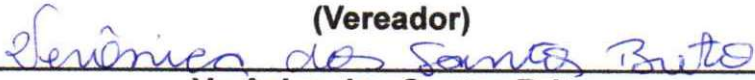
Jesus Farias Cardoso
(Vereador)



Jussandra de Sousa Silveira Matos
(Vereadora)



Nilton Antônio Dos Santos
(Vereador)



Verônica dos Santos Brito
(vereadora)